RELATÓRIO
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATIVO AO EXERCÍCIO
DE 2018

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Cosnil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

Excelentíssimos Senhores Conselheiros
do Conselho Geral da Fundação

O Conselho de Administração da Fundação Maria Antónia Barreiro vem submeter à apreciação dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Conselho Geral da Fundação o seu Relatório e Contas relativos ao exercício de 2018, relatório que abordará sinteticamente os seguintes temas: i) renovação do estatuto de utilidade pública da Fundação; ii) a atividade da Fundação no ano de 2018; iii) as contas.

I – Renovação do estatuto de utilidade pública

Instituída por testamento da sua Ilustre Fundadora, em 27 de Fevereiro de 1985, a Fundação foi, em 03 de Fevereiro de 1986, declarada de utilidade pública, por despacho do Senhor Primeiro Ministro, de 13 de Junho de 1986, publicado no Diário da República, II Série, nº 148, de 01 de Julho de1986.

Este estatuto foi confirmado, igualmente, por despacho do Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, de 20 de Janeiro de 2013, publicado no Diário da República, II Série, nº 43, de 01 de Março de 2013, e renovado por despacho da Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, de 30 de Outubro de 2018, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 227, de 26 de Novembro de 2018.

II – A atividade da Fundação no ano de 2018

Na prossecução das suas finalidades estatutárias, designadamente na *"prestação de meios materiais postos ao serviço de atividades de apoio e de*

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

formação humana e cultural nas suas diversas dimensões, quer abranjam estudantes, trabalhadores (...) ou pessoas carenciadas (...)", a Fundação tem continuado a dispor gratuitamente dos seus edifícios a atividades de formação cultural dirigidas a estudantes universitários e a pré-universitários.

Num único caso, das três Residências Universitárias construída de raiz pela Fundação, a gestão é por ela exercida diretamente: trata-se da Residência Universitária dos Álamos – *estabelecimento da Fundação* - sedeada na Alameda da Universidade Clássica de Lisboa, a mais recente obra da Fundação, inaugurada no dia 21 de Novembro de 2017 pelo Senhor Presidente da República.

Pode-se afirmar que a Fundação, após o 25 de Abril, foi, de alguma forma *inovadora* no que respeita não só à criação *material* de três residências universitárias[1] preenchendo uma das lacunas mais sentidas no meio universitário, mas foi *inovadora* sobretudo no que respeita ao seu modo de gestão, razão pela qual mereceu, a quando da iniciativa da construção da primeira das Residências, o apoio do então Magnífico Reitor da Universidade Clássica de Lisboa, bem como a de várias personalidades ligadas à Universidade e à Cultura.

E dizemos *inovadoras*, porquê? – Porque as Residências criadas de raiz pela Fundação foram inspiradas no modelo dos *Colleges* de Oxford e têm servido como um espaço cultural aberto, complementar dos planos curriculares das Faculdades, na medida em que proporcionam aos universitários um conjunto de conferências e de encontros com personalidades, nacionais e estrangeiras, ligadas à Cultura. Esta dimensão multicultural contribui seguramente para a formação para a cidadania, assente num espírito de liberdade e sentido de responsabilidade.

[1] A Residência Universitária de Montes Claros, a primeira residência da Fundação, foi edificada em 2014/2015.

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

Dentre as várias personalidades que, no ano de 2018, passaram pelas Residências da Fundação ou afetas diretamente aos seus fins, há um vasto leque de convidados que representam várias perspetivas de encarar o mundo – *Weltanschauung* – e que contribuem para a formação de um espírito de liberdade e sentido de responsabilidade.

Na área cultural

Assim, na **Residência Universitária dos Álamos**, foram abordados os seguintes temas:

Tema	Orador	Data
A leitura na era digital	Isabel Alçada	07-02-2018
Viver e trabalhar em Cabo Verde	Teresa Almeida Costa	22-02-2018
Roma: arte, cultura e património	Isabel Castro Pina	21-03-2018
Breve história da Mecânica Quântica	Joana Vences	30-04-2018
Iconografia: agora e na história	Ana Teresa Mota	10-05-2018
Coreia do Sul	Sopia Hwang	17-05-2018
Aprende a usar o Photoshop	Filipa Martins	24-05-2018
Argentina	Flor Tessari	29-05-2018
Recurso à arte para o ensino da ciência	Madalena Otero	01-07-2018
Summer School em Berklee	Margarida Vicente	17-09-2018
Projeto Cabo Verde 2018	Voluntárias do Projeto	26-09-2018
Modelação da lente humana antes e depois da cirurgia às cataratas	Teresa Cardoso	11-11-2018
Movie talk: Queen of Katwe	Sofia Araújo	16-11-2018
Noite da Medicina	Maria Flores	17-11-2018
Venezuela	Yennifer da Silva	13-12-2018
Christmas Origami	Sopia Hwang	17-12-2018
Viver e estudar em Oxford	Madalena Brito	18-12-2018

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

De salientar que, dada a localização da Residência Universitária dos Álamos, na Alameda da Universidade, é frequente estudantes da Universidade Clássica ali se dirigirem para frequentarem as salas de estudo ou assistirem às conferências organizadas pela Residência. Ou seja, a Residência, para além de servir as suas próprias residentes, é um espaço aberto à Universidade.

De igual forma, na **Residência Universitária de Montes Claros**, foram convidadas várias personalidades ligadas às áreas da Engenharia, do Direito, da Gestão, da Medicina e do Desporto, entre outras, salientando-se a título meramente indicativo, as seguintes tertúlias culturais:

Tema	Orador
Alta velocidade: os comboios do futuro!	José Maria André, Professor do IST
Direito Bancário	Francisco Mendes Correia, Professor Universitário
O Brasil na I Guerra Mundial	Coronel Carlos Daroz, Investigador em História Militar do Exército Brasileiro
Tecnologia & Diagnóstico in-vitro	João Fonseca, CEO da Biosurfit
O Papel da Arte na Sociedade	Rui Chafes, Escultor e Prémio Pessoa 2015
Uma Conversa de Vida, sobre a carreira, a liderança e a tecnologia	Sofia Tenreiro, Country Manager da CISC
Genética e Evolução	Francisco Dionísio, Professor na FCUL e investigador no Instituto Gulbenkian de Ciência
Equipas: Liderança, Gestão do Tempo e produtividade	Francisco Dionísio, Professor na FCUL e investigador no Instituto Gulbenkian de Ciência
Uma Viagem a Marte e a Plutão	Rui Agostinho, Professor da FCUL e investigador no Instituto de Astrofísica e Ciências do Espaço
20 anos. E agora?	João Bosco Mota Amaral, antigo Presidente da AR e do Governo Regional dos Açores
A Associação Médicos do Mundo	Fernando Vasco, Médico e Presidente da Associação Médicos do Mundo
Estado laico e liberdade religiosa	Hugo Chelo, Professor do Instituto de Estudos Políticos da UCP
Investigação Criminal em Democracia: Procuradores ou Media?	João Aibéo, Procurador-Geral Adjunto

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

A Universidade e as Humanidades no século XXI	Isabel Capeloa Gil, Reitora da Universidade Católica Portuguesa
Fusão Nuclear: Energia do Futuro ou Possibilidade Remota?	Bruno Gonçalves, Presidente do Instituto de Plasmas e Fusão Nuclear do IST-UL
The VAR and other controversial rules	Giuseppe Dieli, Árbitro de Futebol italiano
Lições da História de Portugal para os nossos dias	Rui Ramos, Historiador e Investigador da Universidade de Lisboa
A aterragem de emergência do avião da Astana em Beja	Nuno Monteiro da Silva, Tenente-Coronel da Força Aérea

Noutra das Residências Universitárias, denominada "**Laranjeiras – Associação Cultural e Profissional**" que ocupa gratuitamente parte de um dos edifícios da Fundação, o modelo de gestão é diferente. As residentes das "Laranjeiras" têm, se assim o desejarem, a oportunidade de financiar parte dos seus custos de estadia em Lisboa, através da concessão de uma bolsa, que lhes permite receberem formação na área da hotelaria.

A Residência tem capacidade para 24 pessoas, integrando, para além de estudantes portuguesas, um grupo de universitárias de Timor Leste, Brasil, Angola, México e Venezuela.

De igual forma, as atividades culturais mereceram nesta Residência a atenção indispensável a uma verdadeira formação universitária, salientando-se a título meramente exemplificativo, as seguintes tertúlias/conferências:

Tema	Orador
"Uma semana de Solidariedade em Cabo Verde"	Inês Magriço
"Qual a minha personalidade?"	Ana Machado
"Brasil: o meu país"	Míriam, estudante de Mestrado em Direito
"A situação sócio-política na Venezuela"	Johanna e Katherine, residentes venezuelanas
" Visualização do documentário sobre "Empreendedorismo social	
" Várias conferências "Ted Talk's"	

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

Mas a atividade nas Residências não se circunscreve apenas à área cultural, seja ela concretizada através de conferências, de tertúlias culturais, seja através da exibição de filmes, mas concretiza-se, também, através de encontros dedicados a um estudo mais intenso, de competições desportivas, de aulas de pintura, culinária ou de dança, de visitas guiadas a Museus, bem como projetos e realizações no campo do voluntariado.

Na área do Voluntariado

A este propósito, **no campo do voluntariado** salientamos, o contributo dado, pela **Residência Universitária de Montes Claros**, na remoção de escombros, nas zonas afetadas pelos incêndios de 2017, no acompanhamento de deficientes profundos em Fátima, no Centro João Paulo II, ou nas ações desenvolvidas em Gabú, na Guiné-Bissau.

De igual modo, a **Residência Universitária dos Álamos**, desenvolveu ações de alfabetização com adultos (*todas as Quintas Feiras*), entregou refeições a sem abrigos (*todas as Segundas-Feiras*), bem como apoiou - no que denominou "Clube do Bairro" -, no Bairro da Cruz Vermelha, atividades de apoio ao estudo de crianças e de organização de tempos livres, e participou no projeto "Cabo Verde", colaborando nas áreas da saúde, da educação e do ambiente.

Na mesma linha do voluntariado, o **Clube Darca**, que ocupa gratuitamente, um dos edifícios da Fundação, dirigido a estudantes pré-universitárias, desenvolveu mensalmente, um programa intitulado "Manhãs Solidárias", que consistiu em visitas ao Lar de Santa Joana Princesa, tendo inclusive preparado a festa de Natal junto desta instituição. Promoveu, ainda, a

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

visita a lares de idosos, em Braga, organizou um campo de férias para crianças carenciadas, em Castro Daire, e colaborou na campanha "Mochilas Solidárias – material escolar para crianças de Cabo Verde".

Programa de apoio a "sem abrigo"

À semelhança de outros movimentos da sociedade civil e de realizações autárquicas, a Fundação, dentro das suas finalidades específicas, a de "*prestação de meios matérias postos ao serviço de atividades de apoio (...) humana, nas suas diversas dimensões, quer abranjam (...) trabalhadores ou outra categoria de interessados (...)*" , está a estudar a possibilidade de implementar diretamente ações de apoio a "sem-abrigo" e em que termos estas ações se devem concretizar.

Aplicações financeiras resultantes da venda de alguns prédios da Fundação

No dia vinte e seis dias do mês de Abril de dois mil e dezoito, a Fundação deliberou alienar treze prédios urbanos, os quais constituem o "*quarteirão*" que se desenvolve desde a Praça David Leandro da Silva nº 28, tornejando para a Rua Fernando Palha, nºs 1 a 23, tornejando depois para a Rua Zófimo Pedroso nºs 27 a 33, saltando, depois, para os nºs 69 a 71.

E porquê? – Porque a grande maioria desses prédios, em razão da idade, se encontrava em estado de necessitarem de obras vultosas, sendo parte deles constituídos por armazéns.

Por outro lado, a Câmara Municipal de Lisboa houvera autorizado uma área de construção (superfície de pavimento) de 16.159,70 metros quadrados, investimento que, numa perspetiva prudencial, aconselhava antes a venda que a medida de recuperação desse património desatualizado, permitindo, também, à

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

cidade de Lisboa, através de investidor, recriar e dinamizar aquela zona da parte oriental da cidade, à semelhança, aliás, do que já vem sucedendo.

A venda foi concretizada por escritura de 9 de Novembro de 2018, pelo preço de EUR. 17.000.000,00, tendo parte substancial do preço sido investida em aplicações financeiras retratadas nos documentos de prestação de contas.

E é intenção da Fundação vir a alienar outra parte do seu património, também situado na zona oriental de Lisboa, cujos edifícios se encontram degradados, muitos deles do início do século XX (ou até de data anterior), permitindo-lhe, assim, obter um encaixe financeiro que criteriosamente será aplicado dentro das finalidades da Fundação.

Uma palavra final

O Conselho de Administração não pode terminar o seu Relatório sem deixar exarado uma palavra de agradecimento pela dedicação e exemplo do Dr. Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias, membro do Conselho Geral da Fundação, recentemente falecido.

O Dr. Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias que exerceu funções relevantes no Estado, como Presidente da Assembleia da República, sempre exerceu o seu cargo como membro do Conselho Geral da Fundação Maria Antónia Barreiro, com sentido de rigor e de otimismo, mostrando-se interessado por todas as atividades desenvolvidas pela Fundação.

A Fundação deixou impressa em acta conjunta do Conselho de Administração e do Conselho Geral o seu agradecimento póstumo a este Ilustre Conselheiro.

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

BALANÇO EM 31 de Dezembro

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2018	31-12-2017
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	23.930.782,48	34.764.454,90
Propriedades de Investimento	3	927.310,00	927.310,00
Fundadores/beneméritos/associados/membros			
Outros Ativos Financeiros	18	11.187.996,87	4.723.096,08
Ativos por Impostos Diferidos			
		36.046.089,35	40.414.860,98
Ativo Corrente			
Clientes	5	186.961,77	126.664,91
Estado	7	111.776,30	110.478,00
Outras Contas a Receber		2.464.500,19	2.517.118,24
Diferimentos		11.963,93	7.352,33
Outros Ativos Financeiros		38.867,95	38.867,95
Caixa Depósitos Bancários	4, 18	8.090.130,50	478.811,27
		10.904.200,64	3.279.292,70
Total do Ativo		46.950.289,99	43.694.153,68
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVOS			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		18.660.350,65	18.660.350,65
Outras Reservas		425.998,38	425.998,38
Resultados Transitados	9	3.377.517,93	3.406.441,76
Excedentes de Revalorização	18	10.664.810,37	21.024.443,92
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		-142.006,92	-45.674,73
Resultado Liquido do Período		13.719.639,85	-28.923,83
Total dos Fundos Patrimoniais		46.706.310,26	43.442.636,15
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	12	60.976,07	60.976,07
Passivos por Impostos Diferidos			
Outras Contas a Pagar		17.470,60	93.628,43
		78.446,67	154.604,50
Passivo Corrente			
Fornecedores	6	30.441,60	4.550,64
Adiantamentos de Clientes			
Estado	7	19.178,90	14.561,60
Fundadores/beneméritos/associados/membros			
Diferimentos		21.908,76	22.209,09
Outros Passivos Financeiros		94.003,80	55.591,70
Passivos Não Correntes Detidos Para Venda			
		165.533,06	96.913,03
Total do Passivo		243.979,73	251.517,53
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		46.950.289,99	43.694.153,68

Lisboa *segunda-feira, 25 de março de 2019*

O Conselho de Administração *O Contabilista Certificado*

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA EM 31 de Dezembro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31-12-2018	31-12-2017
Vendas e Serviços Prestados	14	506.854,06	330.522,61
Subsídios à Exploração - De Outras Entidades		255.105,74	462.798,54
Ganhos / Perdas de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos			
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas			
Fornecimentos e Serviços Externos	10	-1.874.088,11	-254.611,30
Gastos com o Pessoal	13	-355.384,39	-221.082,42
Imparidade de Inventários (Perdas / Reversões)			
Imparidade de Dividas a Receber (Perdas / Reversões)			
Provisões (Aumentos / Reduções)			
Imparidade de Investimentos não Depreciáveis (Perdas / Reversões)			
Aumentos Reduções de Justo Valor			-23.134,59
Outros Rendimentos e Ganhos	18	17.034.729,89	122.483,84
Outros Gastos e Perdas	13	-1.520.466,33	-272.643,72
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamentos e Impostos		14.046.750,86	144.332,96
Gastos / Reversões de Depreciações	8	-384.535,61	-279.802,65
Imparidade de Investimentos Depreciáveis / Amortizáveis (Perdas / Reversões)			
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		13.662.215,25	-135.469,69
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15	57.697,79	106.545,86
Juros e Gastos Similares Suportados	15	-273,19	
Resultado Antes de Impostos		13.719.639,85	-28.923,83
Imposto Sobre Rendimento do Período			
Resultado Líquido do Período		13.719.639,85	-28.923,83

Lisboa *segunda-feira, 25 de março de 2019*

O Conselho de Administração *O Contabilista Certificado*

Rua Castilho, 39 - 13º F ** 1250-068 LISBOA ** NIPC 501 661 638

ANEXO

2018

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	FUNDAÇÃO MARIA ANTONIA BARREIRO
Morada	Rua Castilho, 39 - 13º Piso, Letra F
Código postal	1250-068
Localidade	Lisboa

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	501661638
Classificação de atividade económica (CAE	94991
Conservatória	LISBOA
Capital social	18.660.351,00

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

1) Identificação da entidade

A FUNDAÇÃO MARIA ANTONIA BARREIRO, tem a sua sede em Lisboa, na Rua Castilho, n.º 39/13ºPiso, Letra F, com o NIPC 501661638, com o CAE n.º 94991.

A Fundação tem como atividade principal a de ASSOCIAÇÕES CULTURAIS E RECREATIVAS.

2) Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2018 as demonstrações financeiras da foram preparadas de acordo com o referencial do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 388 93 90 - Fax 21 386 42 12

montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano, a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

3) Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de FUNDAÇÃO MARIA ANTONIA BARREIRO são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil, estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias, resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis, e subsequentemente pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal, após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo, a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Fundação, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Federação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros.

As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Fundação. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

3.5. Investimentos financeiros

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando, a proporção da Fundação, nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o fundo de capital da entidade associada não for positivo, exceto quando a Fundação tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados, em transações com entidades associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Fundação nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.6. Imposto sobre o rendimento

A Fundação é sujeito passivo, mas está isenta, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, está em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.7. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

provenientes de uma alteração no justo valor são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

3.9. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contractos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

3.10. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.11. Fundo social

Os valores de capital próprio são classificados em fundo patrimonial.

3.12. Provisões

A Fundação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.13. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.14. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Fundação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Fundação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Fundação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.15. Subsídios e outros apoios

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Fundação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica de Capital Próprio e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4) Nota 4 - Fluxos de Caixa

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31-dez-18	31-dez-17
Caixa	3.573	3.081
Depósitos à ordem	3.586.557	410.730
Outros depósitos bancários	4.500.000	65.000
	8.090.131	478.811
Outros instrumentos financeiros	38.868	38.868
TOTAL	**8.128.998**	**517.679**

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

5) Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2018 e 2017 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31/dez/18	31/dez/17
Clientes c/c	149 932	89 635
Clientes - Títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	121 618	121 618
Clientes perda por imparidade acumuladas	(84 588)	(84 588)
TOTAL	**186 962**	**126 665**
Adiantamentos de Clientes	-	-

6) Fornecedores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2018 e 2017 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31-dez-18	31-dez-17
Fornecedores conta corrente	30.442	4.551
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	**30.442**	**4.551**
Adiantamentos a fornecedores	-	-

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está descriminado como se segue:

7) Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 2017, a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31-dez-18	31-dez-17
Ativo	**111.776**	**110.478**
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	100	100
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	111.648	110.378
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	27	-
Passivo	**(19.179)**	**(14.562)**
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(7.651)	(7.841)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(1.808)	(163)
Segurança social	(9.719)	(6.536)
Outros impostos e taxas	-	(22)
TOTAL	**92.597**	**95.916**

8) Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2018.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2018				
	Saldo em 1-Jan-18	Aquisições Doações	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31-dez-18
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	21.805.448	-	(8.403.762)	-	13.401.686
Edifícios e outras construções	10.805.780	3.998.707	-	-	14.804.487
Equipamento básico	579.167	312.750	-	-	891.916
Equipamento de transporte	187.510	20.315	-	-	207.825
Equipamento administrativo	51.228	-	-	-	51.228
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	6.472.449	-	(6.472.449)	-	-
Total do ativo bruto	39.901.581	4.331.772	(14.876.211)	-	29.357.142
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(4.335.519)	(260.506)	-	-	(4.596.024)
Equipamento básico	(577.627)	(17.170)	-	-	(594.796)
Equipamento de transporte	(172.753)	(11.558)	-	-	(184.311)
Equipamento administrativo	(51.228)	-	-	-	(51.228)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total de depreciações acumuladas	(5.137.126)	(289.233)	-	-	(5.426.359)
Total do ativo líquido	34.764.455	4.042.539	(14.876.211)	-	23.930.782

9) Resultados transitados

Por decisão do Conselho foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica resultados transitados.

10) Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela, na folha seguinte, evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2018 e 2017:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31-dez-18	31-dez-17
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	**1.737.047**	**159.867**
Trabalhos especializados	656.809	24.755
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e Segurança	24	-
Honorários	1.039.208	124.853
Comissões	-	-
Conservação e reparação	34.971	8.090
Outros	6.035	2.169
Materiais	**7.214**	**15.751**
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.391	15.595
Livros e documentação técnica	12	-
Material de escritório	1.535	156
Artigos para oferta	276	-
Outros	-	-
Energia e fluidos	**28.298**	**6.256**
Electricidade	13.913	906
Combustíveis	1.308	483
Água	6.550	147
Outros	6.527	4.720
Deslocações, estadas e transportes	**1.984**	**2.060**
Deslocações e estadas	1.984	2.060
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços diversos	**99.546**	**70.678**
Rendas e alugueres	11.698	11.557
Comunicação	5.266	2.120
Seguros	4.726	8.923
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	506	406
Despesas de representação	11	-
Limpeza, higiene e conforto	15.618	29.589
Outros serviços	61.721	18.084
TOTAL	**1.874.088**	**254.611**

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 388 93 90 - Fax 21 386 42 12

11) Gastos com o pessoal

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2018 e 2017:

GASTOS COM O PESSOAL	31-dez-18	31-dez-17
Remunerações dos orgãos sociais	42	-
Remunerações do pessoal	296.087	181.067
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	46.807	34.802
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	-	-
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com o pessoal	12.449	5.214
TOTAL	**355.384**	**221.082**

12) Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31de Dezembro de 2018 e 2017 está evidenciado na seguinte tabela:

PROVISÕES	31-dez-18	31-dez-17
Saldo a 1 de Janeiro	60.976	60.976
Aumento de provisões	-	-
Reversão de provisões	-	-
Utilização de provisões	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	**60.976**	**60.976**

13) Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma descriminada a rúbrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2018 e 2017:

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 386 11 27 - 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

OUTROS GASTOS E PERDAS	31-dez-18	31-dez-17
Impostos	7.296	6.604
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	1.281.594	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correcções relativas a períodos anteriores	-	-
Donativos	2.000	-
Quotizações	205.866	265.695
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-

14) Nota 17 - Vendas e Serviços Prestados

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	31-dez-18	31-dez-17
Descontos e anulações	(1.892)	-
Notas de Crédito	(1.892)	-
Prestação de Serviços	508.746	330.523
Álamos - Residentes	287.871	280.088
Rendas	220.876	50.434
	-	-
Total:	506.854	330.523

15) Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2018 e 2017:

RESULTADOS FINANCEIROS	31-dez-18	31-dez-17
Juros e rendimentos similares obtidos	**57.698**	**106.546**
Juros obtidos	57.698	106.546
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	**273**	**-**
Juros suportados	273	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Resultados financeiros	**57.425**	**106.546**

ACTA NÚMERO TRINTA E NOVE

Aos vinte e oito dias do mês de Março de dois mil e dezanove, pelas dezasseis horas, reuniu na Rua Castilho, nº 39, Piso 11, Letra C, em Lisboa, o Conselho Geral da Fundação Maria Antónia Barreiro. Encontravam-se presentes os Ex.mos Conselheiros, Dr Carlos da Camara Pestana, Dr Raul Jaime de Abreu Dinis, Dr. António Norberto Coelho Brasil e Senhor Carlos Alberto Lopes. ----------

Encontravam-se, também, presentes os membros do Conselho de Administração, respetivamente o seu Presidente, Dr. José Afonso Gil, Dr. José António Alves Mendes, Eng.º José Manuel Leite de Ramalho Fontes, Dr. Juan Andres San Cristobal Velasco, este em representação da Sociedade Lusitana de Cultura, para exercer o cargo em nome próprio, e o Eng.º José Francisco Cardoso Gonçalves Vieira. ----------

A reunião foi presidida pelo Ex.mo Conselheiro Senhor Dr Carlos da Camara Pestana que, em nome de todos os presentes, lamentou o falecimento do Dr. Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias, membro deste Conselho. ----------

A Ordem do Dia, constante da convocatória, referia os seguintes pontos, que se transcrevem: ----------

Ponto Um: Apreciar e deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2018. ----------

Ponto Dois: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados. ----------

Ponto Três: Proceder à apreciação geral da administração da Fundação. ----------

Aberta a reunião, foi sugerido que o Dr. José António Alves Mendes fizesse uma resenha explicativa dos pontos abordados no Relatório de gestão, antes do Conselho se pronunciar, tendo este abordado os seguintes pontos: a) renovação do estatuto de utilidade publica; b) venda do designado "*Quarteirão 1*", sito ao Poço do Bispo, pelo preço de dezassete milhões de euros; c) negociações em curso relativamente à venda do designado "*Quarteirão 2*", sito ao Poço do Bispo, que têm implicado numerosas negociações com os arrendatários, de há anos, conduzidas pelo

Presidente do Conselho de Administração da Fundação, da feitura dos projetos de arquitetura conducentes ao Pedido de Informação Prévia dirigido à Câmara Municipal de Lisboa e do interesse manifestado por terceiro na aquisição; d) da situação relativa ao reembolso dos títulos de investimento na "Socei, CRL". Foi, também, referido a necessidade de se cooptarem dois membros para o Conselho Geral, que hão-de completar o mandato em curso, em virtude do falecimento do Dr. Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias e da renúncia do Prof. Doutor Pedro Manuel Vieira da Rosa Ferro. ----------

Findas estas explicações, e após troca de impressões entre os membros do Conselho Geral sobre o modo futuro de aplicação do preço das vendas dos prédios que integram os designados, internamente na Fundação, "*Quarteirão 1*" e o "*Quarteirão 2*", ambos no Poço do Bispo, os membros do Conselho Geral formularam a seguinte recomendação dirigida ao Conselho de Administração Executivo: ----------

"O Conselho ponderando a conjuntura recessiva internacional, a provável subida das taxas de juro e a instabilidade política tanto nos EUA como na Europa conclui que não se lhe afigura aconselhável que a Fundação invista os recursos gerados no mercado bolsista, tanto em ações como em obrigações. Com base nessa ponderação, o Conselho sugere que, para assegurar a sustentabilidade futura da Fundação, esses investimentos sejam orientados para o mercado imobiliário em ativos diversificados quanto à sua localização em Lisboa ou no Porto, destinados a escritórios. As aplicações a curto prazo em depósitos devem ser efetuadas com recurso a taxas variáveis." ----------

Passando-se à votação sobre cada um dos pontos da Ordem do Dia foi, por unanimidade, deliberado o seguinte: ----------

PRIMEIRO: Aprovar os documentos de prestação de contas, designadamente, o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração dos Resultados por Natureza, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018. ----------

SEGUNDO: Aprovar a proposta de transferência do saldo da conta de resultados

líquidos, no valor de **EUR 13.719.639,85** (treze milhões, setecentos e dezanove mil, seiscentos e trinta e nove euros e oitenta e cinco cêntimos) para a conta de resultados transitados. ----------

TERCEIRO: Reconhecer o empenho do Conselho de Administração no exercício das suas funções ao longo do exercício de 2018. ----------

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, de que se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros do Conselho Geral presentes. ----------